

INVESTIGAÇÃO SOBRE DIPLOMACIA PÚBLICA NA *PUBLIC RELATIONS REVIEW* (2000–2024): UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE 25 ANOS

Álvaro Elgueta-Ruiz

Escola de Negócios e Governança, Universidade de Cabo Verde, Praia, Cabo Verde
Concetualização, curadoria dos dados, análise formal, investigação,
metodologia, visualização, redação do rascunho original

Carmen Lucía Domínguez Águila

Departamento Currículum e Instrucción, Facultad de Educación, Universidad de Concepción,
Concepción, Chile
Concetualização, metodologia, supervisão, redação – revisão e edição

Daniela Bento Almeida

Escola de Negócios e Governança, Universidade de Cabo Verde, Praia, Cabo Verde
Curadoria dos dados, investigação, validação, redação – revisão e edição

RESUMO

Nas últimas duas décadas, a diplomacia pública (DP) consolidou a sua posição como domínio estratégico da comunicação e instrumento central da política externa dos países, suscitando uma atenção crescente na investigação sobre relações públicas internacionais. Contudo, apesar do crescente volume de literatura e do interesse académico nestas áreas, continuam a ser limitadas as abordagens sistemáticas à investigação sobre DP. Para colmatar esta lacuna, o presente estudo analisa o estado da investigação neste domínio através de uma análise de conteúdo qualitativa e quantitativa de todos os artigos sobre DP publicados na *Public Relations Review* entre 2000 e 2024 ($n = 52$), de um total de 1.991 artigos publicados durante este período. Esta análise identifica, entre outros aspetos relevantes, os principais autores e as universidades a que estão afiliados, as redes que formam, os seus objetivos, as questões de investigação e hipóteses, as metodologias utilizadas, os tipos de estudos realizados e as teorias, resultados e conclusões apresentados. Por fim, o estudo discute as implicações teóricas e práticas da investigação sobre DP para o campo mais amplo das relações públicas e áreas afins.

PALAVRAS-CHAVE

diplomacia pública, revisão sistemática, análise de conteúdo, *Public Relations Review*, relações públicas internacionais

PUBLIC DIPLOMACY RESEARCH IN *PUBLIC RELATIONS REVIEW* (2000–2024): A SYSTEMATIC REVIEW OF 25 YEARS

ABSTRACT

Over the past two decades, public diplomacy (PD) has consolidated its position as a strategic field of communication and a central instrument of countries' foreign policy, drawing increasing attention in international public relations scholarship. However, despite the growing body of literature and academic interest in these areas, systematic approaches to PD research remain limited. To address this gap, the present study examines the state of research in this field through qualitative and quantitative content analysis of all articles on PD published in *Public Relations Review*

between 2000 and 2024 ($n = 52$), out of 1,991 articles published during this period. This analysis identifies the main authors and their affiliated universities, the networks they form, their objectives, research questions, hypotheses, the methodologies employed, the types of studies conducted, and the theories, findings, and conclusions presented, among other relevant aspects. Finally, the study discusses the theoretical and practical implications of PD research for the broader field of public relations and related areas.

KEYWORDS

public diplomacy, systematic review, content analysis, *Public Relations Review*, international public relations

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, a diplomacia pública (DP) consolidou a sua posição como domínio estratégico da comunicação e instrumento central da política externa nacional, suscitando uma atenção crescente na investigação sobre relações públicas internacionais (RPI). Desde que o termo foi cunhado por Edmund Gullion, na década de 1960, a DP tem sido definida como um processo através do qual um governo comunica com públicos estrangeiros para promover a compreensão dos seus valores, cultura e políticas (Tuch, 1990), tendo evoluído de modo a incorporar práticas cada vez mais interativas, dialógicas e colaborativas, que refletem as transformações tecnológicas, sociopolíticas e comunicativas decorrentes da globalização (Melissen, 2005; Zaharna & Uysal, 2016).

Este campo híbrido (na interseção entre as RPI e a comunicação estratégica) tem sido caracterizado por uma convergência teórica e prática contínua com as RPI (Signitzer & Coombs, 1992; Wang & Chang, 2004). Longe de se limitar à transmissão de mensagens, a DP contemporânea procura construir relações de longo prazo assentes na credibilidade, no diálogo intercultural e na gestão da reputação (Fitzpatrick, 2007; Grunig, 1993).

Apesar do crescente interesse académico, persistem lacunas quanto à forma como a DP é concetualizada, aplicada e avaliada, particularmente no âmbito da *Public Relations Review* (PRR). A literatura demonstra que a DP envolve atualmente tanto atores estatais como não estatais, tais como organizações não governamentais (ONG), empresas e redes transnacionais (Gregory, 2011; Kim, 2015; Sevin, 2015). Além disso, as suas práticas estão a evoluir no sentido de modelos relacionais, colaborativos e orientados para as redes (Yang et al., 2017; Zaharna et al., 2013).

Apesar desta evolução, continuam a ser escassas as análises sistemáticas e críticas do conhecimento produzido sobre este tema. Permanece, por exemplo, pouco claro em que medida os estudos publicados sobre DP nos últimos 25 anos refletiram (ou não) as transformações teóricas e práticas verificadas na área; quais os temas predominantes, paradigmas analíticos, quadros concetuais e modelos emergentes que orientaram a investigação; e de que forma estes evoluíram ao longo do tempo.

Neste contexto, o presente estudo visa analisar os artigos publicados na PRR entre 2000 e 2024 ($n = 52$) que se centram na DP. O objetivo é compreender de que forma a investigação em relações públicas tem abordado este domínio, destacando tendências, lacunas, convergências concetuais e abordagens em evolução.

Os objetivos específicos são: (a) sistematizar as principais definições e conceções de DP apresentadas nos artigos; (b) identificar as teorias e os modelos de relações públicas utilizados como base para a análise das práticas de DP; (c) mapear os principais atores, estratégias e instrumentos de DP abordados na revista; (d) examinar a presença de abordagens relacionais, dialógicas ou colaborativas nas práticas descritas; e (e) avaliar a evolução dos temas e das abordagens analíticas ao longo do período analisado.

Foram formuladas as seguintes questões de investigação (QI):

- QI1: que conceções de DP são apresentadas nos artigos publicados pela *PRR* entre 2000 e 2024?;
- QI2: quais são as abordagens teóricas e metodológicas mais recorrentes à DP nestes estudos?;
- QI3: que transformações e tendências podem ser observadas na literatura da revista ao longo do tempo?; e
- QI4: em que medida estes estudos refletem uma convergência entre as relações públicas e a DP?

Por fim, foram formuladas as seguintes hipóteses:

- Hipótese 1: a DP tem sido cada vez mais abordada a partir de uma perspetiva relacional e colaborativa, por oposição a modelos unidirecionais ou propagandísticos;
- Hipótese 2: a literatura publicada na *PRR* reflete uma interseção crescente entre os campos da DP e das RPI; e
- Hipótese 3: a abordagem teórica predominante é influenciada pelos paradigmas da comunicação estratégica e da gestão das relações, como os modelos simétricos bidirecionais de Grunig e Hunt (1984).

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. DEFINIÇÃO E EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE “DIPLOMACIA PÚBLICA”

A DP tem sido tradicionalmente entendida como o processo através do qual um governo comunica com públicos estrangeiros para promover a compreensão das suas ideias, ideais, instituições, cultura, objetivos e políticas nacionais (Tuch, 1990). Esta definição, amplamente citada, constitui a base para distinguir a DP da diplomacia tradicional entre Estados, ao salientar a importância do envolvimento direto com públicos estrangeiros (Simons, 2015; Storie et al., 2014). Do ponto de vista comunicacional, a diplomacia não é apenas um instrumento, mas é fundamentalmente constituída pela comunicação: esta coordena ações, cria relações e sustenta a própria existência da prática diplomática (Cotton & Sebastião, 2022).

Ao longo do seu desenvolvimento, o termo tem sido objeto de debate e evoluído do ponto de vista concetual. Embora Edmund A. Gullion seja reconhecido como o responsável pela criação do termo em 1965, fontes como o *The New York Times* (Wang, 2007) documentaram a sua utilização desde a Primeira Guerra Mundial. Desde então, a DP tem sido reconhecida não apenas como um instrumento de política externa, mas também como um campo de comunicação estratégica profundamente enraizado nas relações públicas (Grunig, 1993; Wang, 2007).

Durante a Guerra Fria, a DP consolidou-se como instrumento de influência ideológica e cultural. O seu papel como canal de “transmissão de valores” foi central no confronto geopolítico desse período, sobretudo através de organismos de radiodifusão estatais e de programas de intercâmbio cultural (Chang & Lin, 2014; Pamment, 2014). Contudo, nas últimas décadas, esta abordagem passou de um modelo informativo e unidirecional para um modelo relacional assente no diálogo e na construção de confiança (Fitzpatrick, 2007; Melissen, 2005; Zaharna et al., 2013). Esta evolução tem sido descrita como uma progressão diacrónica através de diferentes períodos históricos, que vai de uma diplomacia estatal dependente da trajetória a fases dependentes dos recursos e orientadas para a transparência, até à diplomacia digital e em rede do presente (Cotton & Sebastião, 2022). Um elemento central desta evolução é o papel da confiança, entendida não como um fim em si, mas como um vetor de redução da complexidade nas relações diplomáticas e de criação de condições que permitem aos diferentes atores interagir em contextos de incerteza.

Esta viragem relacional foi impulsionada pelas transformações sociotecnológicas e pela emergência dos meios digitais, que exigiram uma forma de DP mais interativa, participativa e orientada para as redes. Neste contexto, a DP converge cada vez mais com as práticas de RPI, partilhando objetivos como a gestão da reputação, o desenvolvimento de relações e a promoção da compreensão mútua (Signitzer & Coombs, 1992; White & Radic, 2014).

2.2. DIPLOMACIA PÚBLICA E RELAÇÕES PÚBLICAS: CONVERGÊNCIAS TEÓRICAS E PRÁTICAS

A literatura destaca a proximidade concetual entre a DP e as RPI, evidenciando uma convergência crescente entre ambas. Esta relação não é recente: já na década de 1990, Signitzer e Coombs (1992) defendiam que ambas as disciplinas “têm frequentemente os mesmos objetivos: influenciar a opinião pública em favor das respetivas organizações ou nações” (p. 137). Desde então, têm sido cada vez mais descritas como “campos irmãos” (Fitzpatrick, 2007; L’Etang, 2009).

Ambos os campos partilham funções de comunicação estratégica centradas na construção de relações, na persuasão simbólica e na gestão das perceções (Grunig, 1993; Signitzer & Wamser, 2006). Como afirmam Wang e Chang (2004), a DP pode ser entendida como uma forma de RPI, na medida em que os seus objetivos, instrumentos e princípios orientadores convergem significativamente. Esta afinidade é reforçada por White e Radic (2014), que defendem que “a diplomacia pública corresponde, na realidade, às relações públicas internacionais de um Estado-nação” (p. 459). Para além de partilharem instrumentos e objetivos, ambos os campos procuram, em última instância, aquilo que Cotton e Sebastião (2022) definem como a “licença para operar”: a legitimidade e a credibilidade que uma organização ou um Estado tem de conquistar continuamente junto dos seus públicos para assegurar as suas atividades e relações.

Neste sentido, a DP não se limita a informar ou persuadir, assumindo antes um papel proativo na construção de relações mutuamente benéficas, à semelhança das dimensões mais estratégicas das relações públicas. Fitzpatrick (2007) defende que a DP deve desenvolver-se a partir de um paradigma relacional centrado na construção de relações favoráveis com um conjunto diversificado de atores — estatais e não estatais — que influenciam a política externa de um país.

Além disso, o conceito de “excelência” nas relações públicas, assente na comunicação simétrica bidirecional e na integração da comunicação ao nível estratégico, tem também sido aplicado ao estudo da DP (Grunig, 1993; Grunig & Repper, 1992). Este quadro permite compreender de que forma os governos podem aumentar a eficácia das suas campanhas de DP através da adoção de princípios semelhantes aos utilizados nas relações públicas organizacionais.

Em suma, a literatura analisada sugere que a DP, longe de constituir um domínio isolado, se insere no universo mais amplo das relações públicas, particularmente nas suas manifestações globais e estratégicas. Esta convergência tem permitido um enriquecimento mútuo entre as duas disciplinas nos planos teórico e metodológico, contribuindo para aprofundar a compreensão do papel da comunicação nas relações internacionais contemporâneas.

2.3. ATORES, INSTRUMENTOS E ESTRATÉGIAS DA DIPLOMACIA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA

Embora o Estado continue a ser o principal agente da DP — determinando tanto a orientação estratégica como a orientação tática da ação diplomática no quadro da política externa —, a literatura reconhece cada vez mais a participação ativa de atores não estatais, como ONG, média internacionais, empresas multinacionais e cidadãos (Gregory, 2011; Sevin, 2015; White & Radic, 2014). Neste contexto, importa estabelecer uma distinção concetual. Embora a profissão diplomática continue a ser um domínio exclusivo das instituições estatais, a prática diplomática tem vindo a integrar, progressivamente, atores não estatais. Estes podem atuar como recursos mobilizados pelos Estados ou, em alguns casos, como agentes relativamente autónomos, cujas atividades têm sido concetualizadas na literatura através de termos como “diplomacia empresarial”, “diplomacia organizacional” e “diplomacia cidadã” (Gregory, 2011; Zaharna et al., 2013). Esta expansão do ecossistema diplomático traduz uma mudança para um modelo mais inclusivo e distribuído de comunicação internacional, embora o Estado continue a ser a principal força estruturante.

Esta expansão suscita questões ainda não resolvidas relacionadas com a legitimidade e a responsabilização: como observam Cotton e Sebastião (2022), estes novos atores diplomáticos não dispõem, muitas vezes, de acreditação oficial e podem não representar entidades oficiais, suscitando questões críticas sobre como o seu papel e impacto podem ser identificados, avaliados e legitimados no âmbito do sistema diplomático mais amplo.

Neste contexto, investigadores como Signitzer e Wamser (2006) defendem que a DP adotou uma abordagem mais multidirecional, orientada para o diálogo e a cooperação. De facto, Cull (2008) identifica cinco funções fundamentais da DP contemporânea: escuta, defesa de posições, diplomacia cultural, intercâmbio educativo e radiodifusão internacional. Estas funções permitem aos Estados e a outros atores desenvolver relações relevantes com públicos estrangeiros e promover a compreensão mútua para além da propaganda tradicional.

Entre os instrumentos mais comuns encontram-se as campanhas nos média, os programas de intercâmbio, a radiodifusão internacional, os artigos de opinião e, mais

recentemente, as redes sociais (Golan & Carroll, 2012; Storie et al., 2014; Zaharna & Uysal, 2016). Estas plataformas ampliam o alcance da diplomacia e permitem uma comunicação mais interativa e personalizada.

A estratégia relacional tem vindo a afirmar-se como um paradigma de atuação. Segundo Fitzpatrick (2007), uma DP eficaz assenta na construção de relações de longo prazo baseadas na confiança e na credibilidade. Do mesmo modo, Leonard (2002) e Yang et al. (2017) salientam que o sucesso de uma campanha de DP depende da sua capacidade para ultrapassar as mensagens persuasivas imediatas e estabelecer relações duradouras baseadas em valores partilhados e na colaboração.

Além disso, as parcerias entre os setores público e privado e as redes colaborativas surgiram como mecanismos fundamentais para a implementação de iniciativas de DP em contextos de recursos limitados (Cull, 2009; Zaharna et al., 2013). Estas parcerias não só disponibilizam recursos logísticos e simbólicos, como também reforçam a legitimidade e o alcance das ações diplomáticas através do envolvimento de atores locais (Wu, 2016).

Assim, a literatura revela uma crescente sofisticação das estratégias de DP, que se afastam do modelo unidirecional e propagandístico e adotam abordagens mais colaborativas, relacionais e culturalmente sensíveis. Esta mudança transforma não só as formas de comunicação internacional, mas também os próprios fundamentos a partir dos quais a influência global é definida e avaliada.

2.4. AVALIAÇÃO DO IMPACTO E DESAFIOS METODOLÓGICOS NA DIPLOMACIA PÚBLICA

Um dos principais desafios que a DP contemporânea enfrenta consiste em avaliar a sua eficácia. A literatura é consensual quanto à complexidade da avaliação do impacto efetivo das campanhas de DP, tanto pela natureza intangível dos seus objetivos — como perceções, atitudes e reputação — como pelo caráter multidirecional e assente na participação de múltiplos atores dos seus processos comunicativos (Fitzpatrick et al., 2013; Sevin, 2015).

Como observa Sevin (2015), embora a avaliação se tenha tornado uma componente esperada dos programas de DP, persistem desafios devido à ausência de indicadores consensuais e de quadros metodológicos robustos. Enquanto alguns estudos recorrem à análise de conteúdo e a inquéritos de opinião pública para captar reações cognitivas imediatas, outros centram-se nos efeitos a médio e longo prazo, como o desenvolvimento sustentado de relações ou a acumulação de poder brando (Gilboa, 2008; Yang et al., 2017).

A literatura alerta também para o facto de muitas iniciativas diplomáticas continuarem a centrar-se sobretudo na disseminação unidirecional de mensagens e não atribuírem a devida importância à escuta ativa, ao diálogo ou à avaliação das relações (Fitzpatrick, 2007; Simons, 2015). Esta ausência de mecanismos sistemáticos de retorno limita a aprendizagem institucional e dificulta a adaptação estratégica das campanhas.

Uma abordagem útil para responder a esta lacuna na avaliação é a tipologia da DP em três níveis, proposta por Cowan e Arsenault (2008), que distingue o monólogo, o diálogo e a colaboração como modalidades distintas de envolvimento. Uma vez que cada nível assenta em lógicas comunicativas diferentes e visa resultados relacionais distintos, cada um requer também critérios de avaliação específicos: o monólogo deve ser

avaliado sobretudo em função do alcance e da clareza das mensagens; o diálogo, em função da reciprocidade e da qualidade das relações; e a colaboração, em função da durabilidade da confiança e dos resultados alcançados em conjunto. A aplicação desta tipologia à conceção dos processos de avaliação permitiria a profissionais e investigadores ultrapassar as medidas agregadas de impacto e avançar para avaliações mais precisas e específicas de cada nível da eficácia da DP.

Por outro lado, a incorporação de teorias das relações públicas, como a gestão das relações organizacionais e a comunicação simétrica bidirecional, tem sido útil para colmatar estas lacunas. Grunig (1993), por exemplo, defende que os programas de DP podem beneficiar de quadros de avaliação semelhantes aos utilizados em contextos organizacionais, que avaliem não apenas a transmissão de mensagens, mas também a qualidade das relações estabelecidas.

Por fim, o surgimento de instrumentos digitais, como as redes sociais e a análise de dados, abre novas possibilidades para a avaliação em tempo real das estratégias diplomáticas, mas também suscita dilemas éticos e operacionais relacionados com a utilização de dados e a privacidade (Zaharna & Uysal, 2016).

2.5. LACUNAS TEÓRICAS E OPORTUNIDADES DE INVESTIGAÇÃO

Apesar do crescimento significativo do campo, a literatura sobre DP apresenta ainda lacunas importantes. Muitos estudos centram-se em casos específicos, países ou quadros normativos, mas deixam de lado análises mais amplas e sistemáticas sobre a forma como a disciplina tem sido abordada na própria produção académica. Como salientam Sevin (2015) e White e Radic (2014), continua a faltar uma taxonomia clara dos quadros teóricos aplicados, das metodologias predominantes e da evolução temática do campo no âmbito académico.

Além disso, a dispersão concetual continua a dificultar a consolidação de um *corpus* teórico coerente, sobretudo quando a DP é confundida com “propaganda”, “construção da marca-país” ou “relações com os meios de comunicação social” (Pamment, 2014; Simons, 2014). Perante esta diversidade, torna-se necessário mapear sistematicamente o panorama da investigação, de modo a identificar convergências, tensões e possíveis direções futuras.

Neste contexto, o presente estudo procura colmatar esta lacuna através da análise sistemática de todos os artigos sobre DP publicados na *PRR* entre 2000 e 2024. Ao centrar-se neste *corpus* representativo, a investigação procura compreender a evolução da disciplina numa das principais plataformas académicas do campo, proporcionando uma perspetiva crítica sobre o seu desenvolvimento teórico, temático e metodológico.

3. METODOLOGIA

O presente estudo combina análise bibliométrica, análise quantitativa de conteúdo e revisão sistemática qualitativa (Dixon-Woods, 2011). O *corpus* é constituído por todos os artigos académicos sobre DP publicados na *PRR* entre 2000 e 2024 ($n = 52$), excluindo conteúdos que não correspondem a investigação, como editoriais, cartas, resenhas

de livros e anúncios. Para o efeito, foram analisados e classificados todos os artigos publicados pela *PRR* entre 2000 e 2024, com base nos quais foi constituída a base de dados do presente estudo.

O conjunto de dados foi codificado segundo 21 categorias de análise, incluindo informação bibliográfica (volume, número, ano, páginas, título), autoria e afiliação institucional, localização geográfica (país), palavras-chave, objetivos de investigação, hipóteses, QI, metodologias, tipo de investigação, técnicas, resultados, conclusões, classificação temática, elementos gráficos, tipo de investigação (introspetiva, aplicada e teórica, segundo Ferguson, 2018) e quadros teóricos. Os objetivos e as hipóteses foram classificados com base em dois conjuntos de critérios provenientes de quadros já estabelecidos (para os objetivos: Bloom, 1956; Hernández Sampieri et al., 2010; e para as hipóteses: Hernández Sampieri et al., 2010; Méndez, 1998), enquanto as categorias temáticas foram definidas a partir das taxonomias da Associação Internacional de Comunicação e da Sociedade Americana de Relações Públicas, resultando em 68 temas, aos quais foram acrescentados três: “envolvimento”, “relações entre organizações e públicos” e “inteligência artificial”. Todos os dados foram sistematizados numa base de dados estruturada em Excel.

A decisão de centrar o estudo exclusivamente na *PRR* resulta de considerações metodológicas e disciplinares. A *PRR* destaca-se como a principal revista do campo, publicando um número de artigos muito superior ao de publicações semelhantes, como o *Journal of Public Relations Research*, *Public Relations Inquiry*, *Corporate Communications: An International Journal* e *Journal of Communication Management*, entre outras. Além disso, a revista aborda uma diversidade de temas e reúne contributos de investigadores de diferentes países. Em vez de comparar várias revistas, este estudo adota uma abordagem centrada exclusivamente na *PRR*, de modo a acompanhar a evolução dos temas, métodos e perspetivas teóricas ao longo do tempo num único conjunto de trabalhos desenvolvido de forma contínua.

Centrar a análise numa única revista pode parecer uma opção limitada, mas o papel da *PRR* no campo torna-a particularmente adequada para esta análise. A revista ocupa uma posição central na investigação em relações públicas, proporcionando uma perspetiva clara sobre a evolução da disciplina. Por essa razão, este estudo privilegia a profundidade em detrimento da amplitude, utilizando a *PRR* como estudo de caso longitudinal para identificar padrões nas prioridades de investigação, tensões na produção do conhecimento e mudanças nos temas que os investigadores escolhem estudar.

Para assegurar a consistência, a equipa seguiu um processo de revisão em três etapas. Primeiro, um dos investigadores codificou todos os artigos conforme o esquema de codificação completo (*codebook*). Em seguida, um segundo investigador verificou de forma independente os dados codificados e assinalou eventuais divergências, sobretudo nas áreas que exigiam interpretação (como a classificação temática ou a caracterização dos objetivos e das conclusões). Por fim, um terceiro investigador (o autor principal) reviu os casos em que existiam divergências, através da consulta dos artigos originais, e resolveu as diferenças por meio de discussão e consenso entre os três investigadores envolvidos no projeto.

Esta abordagem está alinhada com a definição de “fiabilidade baseada no consenso” de Neuendorf (2002), que se adequa particularmente a situações em que a codificação exige um julgamento cuidadoso, em detrimento de uma categorização direta. A opção de não recorrer a medidas estatísticas como o kappa de Cohen ou o alfa de Krippendorff segue uma prática estabelecida. A este respeito, Krippendorff (2018) observa que estas métricas pressupõem categorias claras e mutuamente exclusivas, algo difícil de assegurar quando as variáveis dependem da leitura integral dos textos. Potter e Levine-Donnerstein (1999) estabelecem uma distinção semelhante, salientando que os procedimentos de verificação da fiabilidade diferem consoante se trate de conteúdo manifesto ou latente. Lombard et al. (2002) reconhecem igualmente a adequação dos procedimentos baseados no consenso em investigação interpretativa, enquanto Schreier (2012) salienta que, na análise qualitativa de conteúdo, a fiabilidade assenta na aplicação consistente das categorias e na resolução sistemática das ambiguidades, precisamente o objetivo do procedimento adotado neste estudo.

Esta abordagem é adequada à natureza híbrida do conjunto de dados, que combina variáveis diretamente observáveis (e.g., autoria, afiliação institucional, número de QI ou de hipóteses, abordagem metodológica) com variáveis que exigem uma análise interpretativa (e.g., classificação temática, resultados, quadros teóricos). Enquanto as primeiras asseguram a fiabilidade estrutural através da extração direta dos dados, as segundas são tratadas através do processo de apreciação e resolução das divergências descrito anteriormente.

4. RESULTADOS

4.1. ARTIGOS SOBRE DIPLOMACIA PÚBLICA PUBLICADOS NA *PUBLIC RELATIONS REVIEW* (2000–2024)

Entre 2000 e 2024, a *PRR* publicou 1.991 artigos, dos quais 52 (2,6%) abordaram a DP. A atividade de publicação foi desigual ao longo do período, registando-se picos em 2012 (seis artigos), 2014, 2019 e 2020 (cinco artigos em cada ano). Em 2007 e 2016, registaram-se níveis moderados (quatro artigos em cada ano), enquanto em vários anos foram publicados entre um e três artigos e, noutros, nenhum. Globalmente, esta distribuição revela um crescimento gradual, mas irregular, da atenção académica dedicada à DP na *PRR*.

Esta distribuição desigual não é meramente circunstancial: os picos de publicação registados em 2012, 2014 e 2019–2020 coincidem com períodos de maior tensão geopolítica global e de reconfiguração diplomática, sugerindo que a investigação sobre DP na *PRR* responde, pelo menos parcialmente, a ciclos políticos externos, em vez de se desenvolver exclusivamente segundo uma lógica académica interna.

4.2. PALAVRAS-CHAVE MAIS FREQUENTES

A análise das palavras-chave indica que os termos mais frequentes foram “diplomacia pública”, “poder brando” (*soft power*), “construção da marca-país”, “comunicação estratégica” e “relações internacionais”. Ao longo do tempo, o vocabulário alargou-se de modo a incluir “diplomacia digital”, “envolvimento” e “redes sociais”, refletindo a

mudança teórica do campo, de abordagens centradas nas instituições e no Estado para perspectivas mais relacionais e orientadas para as redes.

4.3. NÚMERO DE AUTORES POR ARTIGO E AUTORES MAIS PROLÍFICOS

Os padrões de autoria revelam uma predominância de artigos de autoria individual (32,7%) e de artigos com dois autores (40,4%), seguidos por uma proporção menor de colaborações entre três autores (17,3%) e por um número limitado de trabalhos com quatro ou mais autores (9,6%). Esta distribuição indica que a investigação sobre DP na PRR continua a ser desenvolvida sobretudo de forma individual ou em pequenas equipas, embora se observe um crescimento gradual da autoria colaborativa nos últimos anos.

Nos 52 artigos sobre DP, participaram 86 investigadores distintos. Aimei Yang foi a autora mais prolífica (quatro artigos), seguida de Juyan Zhang e Spiro K. Kiouis (três artigos cada). Um segundo grupo, mais alargado, de autores com contributos recorrentes — Glen T. Cameron, Jian Wang, Tsan-Kuo Chang, Suman Lee, Augustine Pang, Jordi Xifra, Greg Simons, Nur Uysal, Di Wu, Jarim Kim, Lisa Tam, Jeong-Nam Kim, Diana Ingenhoff, Sarah Marschlich, Sofiya Tarasevich e Phillip Arceneaux — publicou dois artigos cada. Por sua vez, Ray Eldon Hiebert, Margalit Toledano, Seong-Hun Yun, Sungwook Hwang, Brecken Chinn Swartz, Kurt Wise, Cai Peijuan e Lee Pei Ting, entre outros, publicaram um artigo cada. Em conjunto, estes investigadores constituem o principal grupo de autores que contribuem para a investigação sobre DP na PRR, refletindo tanto a forte base institucional do campo nos Estados Unidos como a participação crescente de autores asiáticos e europeus.

A crescente presença de autores afiliados a instituições asiáticas — particularmente da Coreia do Sul, da China e de Singapura — merece uma atenção mais aprofundada. Esta tendência é consistente com padrões gerais observados nas revistas de comunicação e relações públicas, em que os investigadores de origem asiática aumentaram substancialmente a sua produção ao longo das últimas duas décadas. Importa salientar que parte desta produção provém de investigadores de origem chinesa que trabalham em instituições dos Estados Unidos, um padrão que dificulta uma atribuição geográfica linear: os dados relativos às afiliações podem sobrestimar a predominância norte-americana e, simultaneamente, ocultar a dimensão da participação intelectual asiática no campo.

A predominância da autoria individual e de artigos com dois autores, embora consistente com as tradições de investigação das ciências humanas, também sinaliza um campo que ainda se encontra a consolidar as suas estruturas de colaboração. O aumento gradual dos trabalhos com vários autores nos últimos anos pode indicar uma evolução no sentido de práticas académicas mais articuladas em rede, embora permaneça em aberto a questão de saber se tal evolução reflete um verdadeiro intercâmbio intelectual ou apenas uma coafiliação institucional.

4.4. PAÍSES COM MAIOR REPRESENTAÇÃO

A autoria dos 52 artigos sobre DP abrangeu 17 países, revelando uma forte assimetria geográfica. Os Estados Unidos destacaram-se com 33 publicações (63,5%), das quais 24

eram artigos com autoria exclusivamente nacional (46,2%) e nove incluíam autores afiliados a instituições de outros países. Estas colaborações estabeleceram frequentemente ligações entre os Estados Unidos e países como a Coreia do Sul, a Austrália, a Suécia, a Arábia Saudita, a Polónia, a China e os Emirados Árabes Unidos, ilustrando uma internacionalização parcial de um campo que permanece centrado nos Estados Unidos.

A República da Coreia ocupou o segundo lugar, com cinco artigos (9,6%), seguida do Reino Unido e da Austrália, com quatro artigos cada (7,7%), e da Nova Zelândia, da Suécia e da China, com três artigos cada (5,8%). Singapura, Espanha e Suíça contribuíram com dois artigos cada (3,8%), enquanto Hong Kong, os Emirados Árabes Unidos, a Turquia, a Arábia Saudita, a Finlândia, a Noruega e a Polónia registaram, cada um, um artigo (1,9%).

Globalmente, estes dados confirmam a concentração desproporcional da investigação sobre DP nos Estados Unidos, a par de uma diversificação crescente, embora ainda limitada, em direção à Ásia Oriental e a outras regiões. Os 14 artigos com afiliações em mais de um país (12 colaborações internacionais entre vários autores e dois artigos de autor único com dupla afiliação internacional) evidenciam o surgimento de redes transnacionais de investigação, embora estas continuem a estar fortemente ligadas à academia anglófona.

Esta concentração geográfica não constitui apenas um efeito bibliométrico: reflete desigualdades estruturais mais profundas na produção de conhecimento sobre comunicação internacional. Quando mais de 63% da investigação sobre DP tem origem num único país, os quadros teóricos que predominam no campo acabam inevitavelmente por refletir a cultura diplomática, as prioridades de política externa e as convenções académicas desse país — levantando a questão de saber a partir de que diplomacia se está a construir conhecimento teórico e quais as diplomacias estudadas como objeto de análise.

4.5. UNIVERSIDADES COM MAIOR REPRESENTAÇÃO

Os 52 artigos sobre DP foram produzidos por investigadores afiliados a 65 universidades de 17 países, refletindo um panorama institucional geograficamente diversificado, mas desigual. As instituições com maior produção científica — Universidade de Purdue, Universidade de Maryland, Universidade Americana, Universidade do Sul da Califórnia, Universidade de Oklahoma e Universidade da Flórida — contribuíram, cada uma, com três publicações, reforçando a predominância das universidades dos Estados Unidos no campo. Um segundo grupo, que inclui Universidade de Missouri, Universidade de Waikato, Universidade Estadual de Iowa, Universidade Tecnológica de Nanyang, Universidade de Syracuse, Universidade de Kookmin, Universidade Tecnológica de Queensland, Universidade de Friburgo, Universidade de Ciência e Tecnologia de Huazhong, Universidade do Texas em Austin e Universidade de Miami (Ohio), produziu duas publicações cada. As restantes 48 instituições contribuíram, cada uma, com um artigo.

Esta distribuição evidencia a centralidade do sistema académico dos Estados Unidos na investigação sobre DP, a par do contributo crescente da região Ásia-Pacífico e da Europa, sinalizando uma diversificação gradual dos centros de investigação e das perspetivas adotadas.

4.6. REDES DE INVESTIGAÇÃO

Os padrões de colaboração revelam que 35 dos 52 artigos sobre DP (67,3%) foram produzidos no âmbito de grupos de investigação. Estes grupos podem ser classificados como redes internas endógenas (autores do mesmo país e da mesma instituição: 11 casos; 21,2%) e colaborações interuniversitárias (24 casos; 46,2%). Estas últimas dividiam-se igualmente entre redes nacionais (mesmo país, universidades diferentes: 12 casos; 23,1%) e redes internacionais (países e universidades diferentes: 12 casos; 23,1%). Esta distribuição indica que, embora a investigação colaborativa seja predominante na investigação sobre DP, a cooperação se encontra equilibrada entre parcerias nacionais e transfronteiriças, refletindo tanto a consolidação institucional como a crescente articulação internacional do campo. As 12 redes internacionais referem-se exclusivamente a artigos com vários autores; os 14 artigos com afiliação internacional mencionados na Subsecção 4.4 incluem ainda dois artigos de autor único com dupla afiliação internacional.

4.7. TEMAS PREDOMINANTES

Para além da própria DP, o *corpus* revela uma ampla diversidade temática que reflete a natureza híbrida e interdisciplinar da investigação sobre DP. Os cinco temas complementares mais frequentes foram as relações governamentais (14 artigos), a comunicação política (11), a gestão da reputação (10), as redes sociais (nove) e a comunicação internacional (sete). Outras áreas recorrentes incluem a gestão de campanhas e de questões públicas, as relações com os média e a publicidade (quatro artigos cada), a comunicação estratégica, o planeamento estratégico e os assuntos públicos (três artigos cada). Incluem-se ainda várias subáreas aplicadas, como as relações públicas, as tecnologias digitais, a responsabilidade social das empresas (RSE), a medição e avaliação, a comunicação empresarial e as relações com a comunidade (dois artigos cada).

Importa salientar que as categorias temáticas utilizadas nesta análise foram definidas a partir das taxonomias da Associação Internacional de Comunicação e da Sociedade Americana de Relações Públicas, que operacionalizam as relações públicas como um campo constituído por diferentes áreas funcionais. Neste enquadramento, a categoria “relações públicas” abrange artigos que refletem sobre a própria disciplina — a sua definição, identidade e fronteiras teóricas — e não sobre domínios específicos da sua prática. As relações governamentais e as relações com a comunidade, embora sejam amplamente entendidas como subáreas das relações públicas na literatura teórica, são aqui tratadas como categorias temáticas distintas, com base nas mesmas taxonomias institucionais, de modo a assegurar a comparabilidade com sistemas de classificação consolidados no campo.

Uma extensa variedade de temas especializados — desde a comunicação de crise e a comunicação global até à diplomacia empresarial e à gestão da marca — surgiu de forma esporádica. A distribuição cronológica indica que as relações governamentais, a comunicação política e a gestão da reputação estiveram consistentemente presentes ao longo dos 25 anos, enquanto as redes sociais e as tecnologias digitais só ganharam relevância após 2015, evidenciando a transição gradual do campo para paradigmas digitais e relacionais.

4.8. OBJETIVOS DECLARADOS E A SUA COMPLEXIDADE AO LONGO DOS ANOS

Os 52 artigos analisados incluíam 107 objetivos declarados, a maioria dos quais concisos e claramente formulados. Cerca de três quartos dos artigos (73,1%; 38 de 52) apresentavam um ou dois objetivos, sugerindo orientação para problemas específicos e bem delimitados.

Segundo Hernández Sampieri et al. (2010), os objetivos foram classificados como descritivos (36,4%), correlacionais (18,7%) e causais (44,9%). A predominância dos objetivos causais indica uma mudança de uma cartografia descritiva para um raciocínio explicativo, refletindo uma crescente maturidade teórica e metodológica da investigação sobre DP.

Do ponto de vista cognitivo (Bloom, 1956), quase metade dos objetivos situava-se no nível da análise (48,6%), seguida da aplicação (15,9%), do conhecimento (11,2%) e da compreensão (10,3%), registando-se menos ocorrências nos níveis de síntese (9,3%) e avaliação (4,7%). O cruzamento das duas classificações revela que os objetivos causais se associam fortemente ao nível da análise (30 dos 48 objetivos causais), sinalizando um grau de complexidade cognitiva intermédio a avançado. Contudo, a presença limitada de objetivos ao nível da síntese e da avaliação sugere que poucos estudos avançam no sentido da integração teórica ou da construção crítica de modelos.

Do ponto de vista qualitativo, os objetivos declarados revelam uma orientação estratégica e governamental, privilegiando a análise de políticas públicas, práticas institucionais e comunicação promovida pelo Estado, em detrimento da inovação teórica ou da investigação experimental. O uso frequente de verbos como “examinar”, “explorar” e “compreender” reflete uma orientação interpretativa, centrada na forma e nas razões pelas quais a comunicação ocorre.

Destacam-se três eixos temáticos recorrentes, embora nenhum predomine em termos quantitativos: (a) a comunicação de crise e os contextos de emergência (presentes em apenas três artigos, em coerência com a Subsecção 4.7), nos quais a DP é analisada enquanto instrumento de legitimação e resiliência; (b) os públicos-alvo e o envolvimento das audiências, evidenciando a viragem relacional e dialógica da diplomacia contemporânea; e (c) as narrativas e os discursos mobilizados pelos atores diplomáticos, revelando as dimensões simbólica e performativa da comunicação internacional.

A relativa escassez de objetivos relacionados com a medição de impacto, a avaliação do poder brando ou a construção da marca-país evidencia uma lacuna metodológica na avaliação de resultados. Em contrapartida, a predominância de objetivos estratégicos e interpretativos situa a investigação sobre DP num paradigma de gestão e comunicação, mais do que cultural ou relacional. Globalmente, o campo revela uma orientação interpretativa consolidada, mas ainda uma capacidade limitada de avaliação e síntese, o que caracteriza a atual fase de consolidação teórica.

4.9. QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO DECLARADAS E A SUA COMPLEXIDADE POR ANO

Dos 52 artigos sobre DP analisados, 23 (44,2%) apresentavam explicitamente QI, enquanto 29 (55,8%) não as apresentavam. Nos 23 artigos que apresentavam QI, os investigadores formularam um total de 53 questões, geralmente entre uma e três por artigo, sugerindo uma orientação concetual moderada e uma preferência por uma

investigação de natureza aberta, em detrimento de abordagens orientadas para a formulação e teste de hipóteses.

A análise qualitativa das 53 questões revela um panorama diversificado e interpretativo, que espelha o pluralismo teórico do campo. Destacam-se várias orientações:

- Comunicação estatal e construção de narrativas: muitas questões centram-se na forma como os governos comunicam, projetam a sua imagem e constroem narrativas diplomáticas. Estas questões analisam a DP tanto como instrumento de influência como prática discursiva de legitimação, destacando mecanismos simbólicos e comunicacionais, em vez de resultados materiais.
- Públicos e audiências: um segundo grupo de questões analisa a forma como diferentes públicos (nacionais, estrangeiros, diaspóricos ou digitais) percebem e respondem às mensagens dos Estados. Estes estudos revelam uma atenção crescente à receção e às dinâmicas relacionais, embora poucos operacionalizem instrumentos sistemáticos para medir a percepção ou o impacto.
- Dimensões estratégicas e políticas: várias questões analisam a forma como as políticas públicas, os objetivos de política externa e as estratégias de comunicação se articulam, situando a DP como uma extensão da governação estatal. Esta perspetiva reforça a orientação aplicada e institucional do campo, mas permanece, em grande medida, baseada em estudos de caso, o que limita a generalização teórica para além dos casos analisados.
- Avaliação e eficácia: apenas um pequeno conjunto de estudos aborda explicitamente o impacto, o desempenho ou a eficácia, confirmando a persistente ausência de quadros empíricos e avaliativos identificada na análise dos objetivos (Subsecção 4.8).
- Diplomacia digital e em rede: os contributos mais recentes colocam questões sobre as tecnologias digitais e as redes sociais, sinalizando uma mudança temática no sentido da diplomacia digital e da comunicação em rede nas décadas de 2010 e 2020.

Globalmente, as QI revelam um campo concetualmente abrangente, embora metodologicamente fragmentado, caracterizado por riqueza interpretativa, e, simultaneamente, por uma normalização limitada. A ênfase na compreensão, em detrimento da medição, sugere que a investigação sobre DP continua enraizada em paradigmas qualitativos orientados para a produção de significado, enquanto a próxima etapa do seu desenvolvimento exigirá maior precisão empírica e maior rigor comparativo, de modo a consolidar a sua coerência teórica e metodológica.

4.10. TIPOS DE HIPÓTESES E A SUA COMPLEXIDADE POR ANO

Dos 52 artigos sobre DP analisados, 45 (86,5%) não incluíam hipóteses, enquanto apenas seis artigos (11,5%) as apresentavam explicitamente; um artigo adicional (1,9%) limitava-se a mencionar a sua existência, sem as especificar. No total, estes seis estudos continham 33 hipóteses (cinco artigos com quatro hipóteses cada e um com 13), ilustrando a utilização ainda limitada do teste de hipóteses neste campo. Foram contabilizadas apenas as hipóteses principais; as subhipóteses (por exemplo, H3a–H3b) não foram contadas separadamente.

De acordo com a tipologia de Méndez (1998), não foram identificadas hipóteses de primeiro grau; 18 eram de segundo grau e 15 de terceiro grau, evidenciando uma preferência por proposições teoricamente fundamentadas em detrimento de regularidades puramente empíricas. Segundo Hernández Sampieri et al. (2010), nenhuma era descritiva; oito eram de diferenças entre grupos, 18 correlacionais e sete causais. A análise cruzada revela que as hipóteses de segundo grau eram sobretudo correlacionais ($n = 10$)

e de diferenças entre grupos ($n = 6$), a que crescem duas causais ($n = 2$), enquanto as de terceiro grau combinavam abordagens correlacionais ($n = 8$) e causais ($n = 5$), a que crescem duas de diferenças entre grupos ($n = 2$).

Estes resultados sugerem que a investigação sobre DP atingiu um nível intermédio a elevado de sofisticação teórica, orientado para a compreensão de inter-relações complexas entre variáveis, em vez de se limitar à descrição de fenómenos observáveis. A ausência de hipóteses de primeiro grau indica que o campo ultrapassou as uniformidades empíricas triviais e privilegia atualmente a articulação concetual e a modelização teórica. Contudo, o número limitado de hipóteses causais revela também a ausência de estratégias empíricas de teste plenamente desenvolvidas.

Num plano qualitativo e interpretativo, as hipóteses analisadas refletem a transição em curso no campo, de um empirismo exploratório para uma teorização relacional e sistémica. A maioria das proposições aborda a interdependência entre as dimensões comunicacional, política e social da DP e a forma como as estratégias de comunicação, a gestão da imagem e a construção de narrativas moldam as perceções, a reputação e a legitimidade internacionais. Esta tendência reflete uma atenção crescente ao poder simbólico e à produção de significado enquanto elementos centrais da influência global.

Várias hipóteses apresentam a DP simultaneamente como mecanismo de mediação e espaço de negociação discursiva, explorando o impacto da diplomacia digital e cultural e as formas como a comunicação institucional molda as atitudes das audiências. Estas perspetivas assinalam uma mudança no sentido de uma diplomacia em rede e participativa, na qual os públicos deixam de ser recetores passivos para assumir o papel de cocriadores de significado.

A sofisticação teórica também aumentou: as hipóteses mais recentes integram múltiplas variáveis interdependentes (tipos de mensagens, ecossistemas mediáticos, contextos culturais) em modelos relacionais e sistémicos. Persistem, contudo, limitações metodológicas, sobretudo na avaliação do impacto e na operacionalização das variáveis. A escassez de testes causais reflete um campo ainda em processo de maturação empírica, que consolida as suas bases concetuais ao mesmo tempo que aperfeiçoa os seus instrumentos de verificação.

Um subconjunto menor de hipóteses retoma também as dimensões culturais e cooperativas da DP, centrando-se na construção da confiança, nos intercâmbios educativos e nas práticas de poder brando. Estes contributos concorrem para uma compreensão mais ampla e humanista da DP enquanto interdependência simbólica e cocriação de significado, complementando as perspetivas estratégicas e políticas dominantes.

Em síntese, as hipóteses analisadas retratam um campo em processo de consolidação teórica e de transição metodológica. A DP é cada vez mais entendida não como um instrumento unilateral de projeção do Estado, mas como um processo relacional, adaptativo e comunicacional, inserido em redes globais complexas. Esta evolução reflete a diversificação e maturação da disciplina, que passa da descrição para a explicação e da influência para a interação.

4.11. ABORDAGENS METODOLÓGICAS POR ANO

Entre os 52 artigos analisados, as opções metodológicas revelam uma combinação equilibrada, embora em evolução, de abordagens (Tabela 1). A maioria dos estudos adotou abordagens teórico-bibliográficas (30,8%; $n = 16$) ou métodos quantitativos (25%; $n = 13$), seguidos de perto pelas abordagens qualitativas (23,1%; $n = 12$). Uma proporção menor, mas significativa (21,2%; $n = 11$), recorreu a métodos mistos, incluindo combinações de métodos quantitativos e qualitativos (13,5%; $n = 7$), experimentais e quantitativos (5,8%; $n = 3$) e teórico-bibliográficos e qualitativos (1,9%; $n = 1$). Esta distribuição indica que a investigação sobre DP na PRR se diversificou progressivamente do ponto de vista metodológico, refletindo uma mudança de análises predominantemente conceituais para abordagens mais empíricas e híbridas. O recurso crescente a métodos mistos (em particular, desde meados da década de 2010) reflete um esforço para integrar profundidade interpretativa com validação empírica, sugerindo uma transição em curso de estudos descritivos e normativos para investigações mais sistemáticas e baseadas em evidência.

	QUANTITATIVA	QUALITATIVA	TEÓRICO-BIBLIOGRÁFICA	EXPERIMENTAL-QUANTITATIVA	QUALITATIVA-QUANTITATIVA	TEÓRICO-BIBLIOGRÁFICA-QUALITATIVA	TOTAL
2000							0
2001							0
2002							0
2003					1		1
2004			1				1
2005			2				2
2006							0
2007	2		2				4
2008				1			1
2009		2	1				3
2010							0
2011		1					1
2012	2	3	1				6
2013							0
2014	1	1	2		1		5
2015			3				3
2016		1			2	1	4
2017	1	1	1				3
2018	1						1
2019	2	1	2				5
2020	3		1		1		5
2021				1			1
2022				1			1
2023		1			2		3
2024	1	1					2
Total	13	12	16	3	7	1	52

Tabela 1. Metodologia utilizada na investigação sobre diplomacia pública na Public Relations Review (2000–2024), por ano

Contudo, esta transição permanece incompleta. A persistência das abordagens teórico-bibliográficas como modalidade isolada mais comum — mesmo perante o crescimento dos métodos mistos — aponta para uma tensão estrutural entre a tradição interpretativa do campo e as suas aspirações de rigor empírico. O facto de os estudos qualitativos e teóricos continuarem a superar os quantitativos em número sugere que a investigação sobre DP na PRR tem privilegiado a elaboração concetual em detrimento da medição, refletindo tanto a complexidade do seu objeto como as limitações metodológicas inerentes ao estudo da comunicação diplomática em contextos reais.

4.12. TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO UTILIZADAS

Nos 52 artigos analisados, é relativamente frequente a combinação de técnicas de investigação, refletindo uma transição gradual para o pluralismo metodológico nos estudos sobre DP (Tabela 2). As técnicas utilizadas com maior frequência foram a análise teórico-bibliográfica (34,6%; $n = 18$) e a análise de conteúdo (32,7%; $n = 17$), seguidas dos inquéritos (7,7%; $n = 4$), da análise do discurso (5,8%; $n = 3$) e das entrevistas (1,9%; $n = 1$). Entre os nove estudos (17,3%) que utilizaram técnicas mistas, as combinações mais frequentes incluíram abordagens experimentais e inquéritos (5,8%; $n = 3$) e análise de conteúdo e análise de redes (3,8%; $n = 2$), enquanto outros combinaram estudos de caso, entrevistas e análise de conteúdo em configurações diversas (1,9%; $n = 1$ em cada caso). Este panorama metodológico sugere que a investigação sobre DP continua ancorada em tradições textuais e interpretativas (em particular, na análise bibliográfica e na análise de conteúdo), ao mesmo tempo que incorpora progressivamente técnicas empíricas e computacionais, como a análise de redes e a abordagem experimental. A utilização de métodos híbridos revela uma crescente diversificação e sofisticação metodológica; contudo, o recurso limitado a entrevistas e a inquéritos longitudinais evidencia desafios persistentes no acesso a dados de campo e na medição do impacto comunicacional.

	ANÁLISE DE CONTEÚDO	ANÁLISE DE CONTEÚDO, ANÁLISE DE REDES	ANÁLISE DE CONTEÚDO, ESTUDO DE CASO	ANÁLISE DE CONTEÚDO; INQUÉRITOS	ANÁLISE DO DISCURSO	ANÁLISE TEÓRICO-BIBLIOGRÁFICA	ENTREVISTAS	ENTREVISTAS, INQUÉRITOS	ESTUDOS DE CASO, ENTREVISTAS	EXPERIMENTAL, INQUÉRITOS	INQUÉRITOS	TOTAL
2000												0
2001												0
2002												0
2003	1											1
2004						1						1
2005						2						2
2006												0
2007	1					2					1	4
2008										1		1
2009					1	1			1			3
2010												0
2011						1						1
2012	2		1	1	1	1						6
2013												0

2014	3						2						5		
2015											3			3	
2016	1						1	1	1					4	
2017	2						1							3	
2018											1	1			
2019	2	1						2						5	
2020	1	1						1						2	5
2021											1				1
2022											1				1
2023	3												3		
2024	1						1							2	
Total	17	2	1	1	3	18	1	1	1	3	4	52			

Tabela 2. Técnicas utilizadas na investigação sobre diplomacia pública na Public Relations Review (2000–2024), por ano

4.13. TIPO DE INVESTIGAÇÃO

Com base na tipologia de Ferguson (2018), posteriormente aperfeiçoada por Sallot et al. (2003) e Sisco et al. (2011), os 52 artigos sobre DP foram classificados em três categorias principais: investigação introspetiva, investigação orientada para a prática e investigação teórica, bem como nas suas possíveis combinações. Os resultados revelam uma clara predominância da investigação orientada para a prática (26,9%) e dos estudos que combinam investigação introspetiva e orientada para a prática (25%), seguidos das combinações entre investigação orientada para a prática e investigação teórica (15,4%). Os trabalhos exclusivamente teóricos e os que combinam investigação introspetiva e teórica representam, cada um, 11,5%, enquanto os estudos exclusivamente introspetivos correspondem a 7,7%. Apenas um artigo (1,9%) combinou as três dimensões.

Esta distribuição confirma que a investigação sobre DP na *PRR* continua a ser predominantemente aplicada e orientada para problemas, privilegiando as práticas profissionais, a gestão institucional e as estratégias de comunicação, em detrimento da teorização abstrata. Contudo, a presença de tipos híbridos (em particular, as combinações entre investigação orientada para a prática e investigação teórica e entre investigação introspetiva e investigação teórica) sugere uma evolução gradual no sentido da integração concetual, refletindo a consolidação teórica em curso no campo.

A escassez de estudos exclusivamente introspetivos indica que a dimensão de autor-reflexão sobre a formação e a prática profissional da DP no âmbito das relações públicas continua pouco desenvolvida. Em contrapartida, a proporção relativamente elevada de trabalhos relacionados com a prática evidencia a orientação estratégica e de gestão do campo, consistente com as suas origens na comunicação aplicada e na política internacional.

4.14. ANÁLISE DOS “RESULTADOS” NOS ARTIGOS SOBRE DIPLOMACIA PÚBLICA

Uma síntese qualitativa dos 52 artigos sobre DP publicados na *PRR* (2000–2024) revela a maturação progressiva do campo, tanto do ponto de vista concetual e empírico como profissional, no âmbito das relações públicas. O *corpus* evidencia uma transição

de uma fase inicial, marcada pela reflexão teórica e pela clarificação concetual, para uma fase mais empírica e aplicada, marcada pela diversidade de atores, plataformas e lógicas de mediação.

4.14.1. CONSOLIDAÇÃO CONCEPTUAL E HISTÓRICA

A investigação inicial centrou-se na genealogia e clarificação concetual da DP, em particular no seu desenvolvimento nos Estados Unidos e nos contextos ocidentais. Estes estudos reconstruíram a sua história institucional e a sobreposição com as relações públicas, salientando a comunicação como instrumento de política externa e de gestão da imagem nacional. Expuseram também ambiguidades persistentes (sobretudo as fronteiras pouco nítidas entre DP, comunicação governamental e propaganda), destacando a necessidade de maior precisão teórica.

4.14.2. DA DIPLOMACIA CENTRADA NO ESTADO À DIPLOMACIA EM REDE

Os estudos mais recentes revelam uma mudança no sentido de paradigmas relacionais e orientados para as redes, nos quais os Estados deixaram de ser os únicos atores. Universidades, ONG, empresas e indivíduos contribuem cada vez mais para as narrativas internacionais. Esta pluralização amplia o alcance da DP, mas também dificulta a sua coerência, uma vez que a construção da marca-país, a diplomacia empresarial e a RSE se intersejam frequentemente. A literatura identifica tanto o potencial de uma diplomacia plural como o risco de fragmentação discursiva.

4.14.3. NARRATIVAS, LEGITIMIDADE E PODER BRANDO

Uma vertente significativa da investigação analisa as narrativas estatais e as estratégias de construção da imagem nacional, particularmente na China e noutras potências emergentes. Estes estudos destacam práticas sofisticadas de poder brando, nas quais a comunicação contribui para construir legitimidade e consenso simbólico, em vez de se limitar à transmissão de informação. As análises comparativas apresentam a DP como uma arena discursiva que medeia a influência através da construção de narrativas e do simbolismo cultural.

4.14.4. MEDIAÇÃO PELOS MÉDIA E PERCEÇÃO DOS PÚBLICOS

Outros estudos exploram a representação da DP nos média, analisando a cobertura, o enquadramento e a visibilidade. Os resultados demonstram que a mediação jornalística varia em função do contexto político e das crises, posicionando os média simultaneamente como amplificadores e como contraponto às narrativas oficiais, num espaço contestado de interpretação da política externa.

4.14.5. AVALIAÇÃO E MEDIÇÃO DO IMPACTO

Embora ainda limitada, alguma investigação mede os efeitos da DP através de inquéritos e análises quantitativas que relacionam a credibilidade, a confiança e a identificação com a comunicação estatal. Estes esforços refletem uma sofisticação metodológica emergente, mas permanecem condicionados por amostras reduzidas e abordagens de natureza transversal.

4.14.6. PROFISSIONALIZAÇÃO E PRÁTICA

A investigação sobre profissionais evidencia uma institucionalização crescente e a adoção de princípios das relações públicas na gestão das audiências, na conceção das mensagens e na avaliação. Os resultados salientam a necessidade de formação especializada e de competências interculturais, reconhecendo simultaneamente a persistência de um desfasamento entre teoria e prática, atualmente abordado através de colaborações aplicadas.

4.14.7. COMUNICAÇÃO DE CRISE E REPARAÇÃO DA IMAGEM

Um grupo menor de estudos analisa a DP em situações de crise e conflito, salientando a transparência, a credibilidade da liderança e a coerência das narrativas como elementos fundamentais para restabelecer a confiança e confirmando o duplo papel da DP enquanto comunicação reativa e estratégica.

4.14.8. EVOLUÇÃO ESTRUTURAL DO CAMPO

No conjunto destas vertentes, a investigação sobre DP revela uma evolução clara, passando de modelos controlados pelo Estado e orientados para a transmissão de mensagens para sistemas relacionais e em rede, moldados pela digitalização e pela interdependência global. Atualmente, a DP integra a imagem, a confiança e a credibilidade, mas carece de um quadro unificado. Os resultados traçam a sua evolução da investigação concetual para a investigação empírica, revelando um campo dinâmico e interdisciplinar, atento às transformações globais.

4.15. ANÁLISE DAS “CONCLUSÕES” NOS ARTIGOS SOBRE DIPLOMACIA PÚBLICA

As conclusões dos 52 artigos analisados retratam um campo que alcança maturidade concetual e metodológica, marcado pela integração teórica, pela diversificação das abordagens e pela adaptação às transformações da comunicação global. Nos diferentes estudos, emerge uma interpretação comum: a DP é cada vez mais entendida como uma prática comunicativa estratégica, relacional e eticamente fundamentada, central para as relações internacionais.

4.15.1. DA INFORMAÇÃO ÀS RELAÇÕES

As conclusões evidenciam uma mudança de um modelo informativo e centrado no Estado para uma prática relacional assente na confiança. A eficácia da DP é avaliada menos pelo alcance das mensagens do que pela qualidade das relações de longo prazo, assentes na credibilidade, na transparência e na reciprocidade. Esta transformação reflete a digitalização e a erosão da autoridade institucional: atualmente, a autenticidade e a confiança dos públicos determinam a influência, enquanto os Estados partilham a capacidade de construção de narrativas com ONG, empresas e cidadãos.

4.15.2. A VIRAGEM PARA AS NARRATIVAS

Quase todos os estudos convergem quanto à centralidade da narrativa. A DP já não é apresentada como persuasão, mas como uma construção estratégica de narrativas: a capacidade de construir narrativas coerentes que relacionem os interesses nacionais com valores culturais partilhados. Esta perspetiva reconcetualiza a DP como uma prática simbólica na qual a gestão dos significados é tão importante como a gestão dos recursos.

4.15.3. PODER E ÉTICA

As conclusões reconhecem a natureza dual da DP: esta procura promover o diálogo intercultural, mas serve simultaneamente como instrumento de poder que legitima interesses nacionais. Os investigadores defendem uma compreensão híbrida que integre persuasão e cooperação. A ética surge tanto como dimensão normativa como estratégica: a transparência, a consistência e a honestidade são essenciais para uma credibilidade sustentável num contexto marcado pela desinformação e pela polarização.

4.15.4. DESENVOLVIMENTO TEÓRICO E EMPÍRICO

Os autores identificam avanços na articulação teórica, mas assinalam sobreposições com a construção da marca-país e a comunicação governamental. Verifica-se um consenso crescente em torno da definição da DP como um processo contínuo, assente na confiança e nas relações de longo prazo, que exige uma síntese entre relações públicas, comunicação e relações internacionais. Do ponto de vista empírico, os estudos apelam ao desenvolvimento de metodologias sistemáticas e de quadros de avaliação que permitam aferir a eficácia, bem como de modelos analíticos que abordem a receção pelos públicos, as dinâmicas de perceção e o impacto longitudinal. A avaliação torna-se, assim, simultaneamente um imperativo científico e ético.

4.15.5. PROFISSIONALIZAÇÃO E FORMAÇÃO

Muitas conclusões salientam a importância da competência profissional: a literacia intercultural, a negociação simbólica e as competências digitais são essenciais para uma DP eficaz. Recomenda-se uma colaboração mais estreita entre a academia e a prática, de modo a articular o progresso teórico com as necessidades diplomáticas.

4.15.6. A DIPLOMACIA PÚBLICA COMO ESPELHO DA MUDANÇA GLOBAL

Por fim, os autores salientam que a forma como as nações comunicam reflete a sua cultura política e a qualidade democrática. A DP é apresentada como uma lente privilegiada para interpretar o poder, a legitimidade e a identidade no sistema internacional. Ao longo de mais de duas décadas, o campo evoluiu da definição conceitual para uma maior sofisticação empírica, consolidando-se como um observatório estratégico da comunicação global e da interação simbólica.

4.16. TEORIAS APLICADAS

Os 52 artigos revelam uma considerável diversidade teórica. Os constructos identificados (111 constructos distintos; 216 menções no total) foram agrupados em quatro domínios: (a) teorias gerais das relações públicas (30 constructos; 63 menções); (b) teorias da DP (sete constructos; 45 menções); (c) modelos da gestão e de outras disciplinas (seis constructos; 11 menções); e (d) outros temas e conceitos relacionados (68 constructos; 97 menções), refletindo a expansão interdisciplinar do campo. Doravante, “constructos” refere-se a categorias distintas e “menções” ao número de vezes que estas surgem nos 52 artigos; os valores indicados nas Subsecções 4.16.1 a 4.16.3 são menções.

4.16.1. TEORIAS GERAIS DAS RELAÇÕES PÚBLICAS

Com base em Sadi e Ferrari (2022), os constructos mais frequentes incluem: as referências gerais à teoria das relações públicas (11 menções); a teoria da excelência (Grunig; nove menções), fundamental para a conceitualização da DP enquanto gestão estratégica; as abordagens críticas e dialógicas (L'Etang; Edwards; Kent & Taylor; sete menções) — que enquadram a DP como negociação e envolvimento dialógico; e as teorias da gestão de relações, institucional e estratégica (em conjunto; sete menções) — que salientam as relações, a legitimidade e a estratégia organizacional. Outros quadros aplicados incluem a reparação da imagem, as relações públicas políticas, a construção nacional, a teoria dos *stakeholders* (partes interessadas) e as teorias contingenciais, evidenciando esforços para estabelecer ligações entre os modelos de relações públicas e os contextos diplomáticos da DP.

4.16.2. TEORIAS ESPECÍFICAS DA DIPLOMACIA PÚBLICA

Foram identificados sete constructos específicos da DP (45 menções): as referências gerais à DP como quadro conceptual (33 menções), a teoria da comunicação (Gilboa; cinco), a DP mediada (três), a teoria do poder brando (Nye; um), o modelo de poder brando (Kim & Ni; uma), a *twiplomacy* (utilização do Twitter/X para fins diplomáticos; uma) e a comunicação da DP (uma). Estes quadros mostram de que forma a investigação sobre DP integra cada vez mais a comunicação digital, a influência simbólica e a mediação pelos média enquanto dimensões centrais.

4.16.3. CONSTRUTOS TRANSDISCIPLINARES E EMERGENTES

Os modelos provenientes da gestão e de outras disciplinas (seis constructos; 11 menções) incluem a comunicação de crise (quatro menções), a gestão da comunicação (duas), a RSE e a ética (duas), a colaboração intersetorial (uma), a medição (uma) e a avaliação das relações organização-públicos (uma), ilustrando a expansão da DP no sentido de metodologias aplicadas e híbridas. Os restantes 68 temas e conceitos relacionados (97 menções) são, na sua maioria, conceitos e não teorias em sentido estrito (e.g., relações públicas internacionais, redes sociais, comunicação estratégica, definição da agenda, enquadramento, confiança, análise de redes, gestão da reputação e construção de narrativas) e incluem também designações contextuais (e.g., China, Médio Oriente), evidenciando a natureza plural e adaptativa do campo.

4.16.4. SÍNTESE INTERPRETATIVA

Globalmente, a aplicação de teorias na investigação sobre DP indica um duplo movimento: (a) a integração de modelos de relações públicas para concetualizar a DP como uma função comunicativa, relacional e estratégica; (b) a diferenciação através da articulação de teorias específicas da DP que abordam transformações simbólicas, culturais e tecnológicas. Esta hibridação teórica confirma a posição da DP na interseção entre a comunicação e as relações internacionais, com uma atenção crescente ao poder brando, à diplomacia digital e à ética relacional.

Esta hibridação teórica comporta, contudo, um risco: a acumulação de quadros teóricos provenientes de disciplinas adjacentes — ciência política, gestão e estudos dos média — sem uma integração suficiente pode conduzir a um ecletismo concetual, em vez de a uma coerência teórica. A riqueza do campo constitui, simultaneamente, a sua vulnerabilidade. No futuro, a investigação sobre DP terá de distinguir entre uma interdisciplinaridade produtiva e um mero recurso a contributos teóricos externos, consolidando uma identidade concetual própria que permita sustentar investigação comparativa e cumulativa em diferentes contextos.

Considerados em conjunto, os padrões identificados nas Subsecções 4.14–4.16 não constituem resultados isolados, mas sintomas interligados de um campo que atravessa uma transição crítica. A concentração geográfica da investigação nos Estados Unidos influencia os quadros teóricos que dominam o campo; a predominância dos métodos qualitativos e bibliográficos reflete uma disciplina que continua a negociar a sua identidade epistémica; e a diversidade temática — rica, mas dispersa — sinaliza um âmbito de investigação em expansão que ainda carece de integração teórica. Em conjunto, estes resultados sugerem que a investigação sobre DP na *PRR* alcançou sofisticação interpretativa, mas ainda não consolidou a infraestrutura empírica e comparativa necessária a um subcampo maduro. Esta tensão entre ambição concetual e limitações metodológicas constitui precisamente o objeto da discussão que se segue.

5. DISCUSSÃO

Os resultados desta revisão sistemática retratam um campo em consolidação, mas marcado por assimetrias geográficas, temáticas e metodológicas. A DP, tal como analisada

na *PRR* (2000–2024), reflete uma mudança de modelos unidirecionais e informativos para quadros relacionais, colaborativos e dialógicos.

A investigação continua concentrada nos Estados Unidos, confirmando a centralidade anglófona, mas esta concentração coexiste com novos polos regionais, particularmente na Ásia Oriental, onde a China e a República da Coreia surgem simultaneamente como objetos de investigação e produtoras de conhecimento. O “caso chinês” ilustra esta dualidade, constituindo simultaneamente o contexto empírico mais estudado e uma fonte crescente de contributos teóricos. Esta configuração policêntrica demonstra que o eixo anglo-americano continua a definir a teoria, enquanto os países asiáticos funcionam como laboratórios empíricos e atores estratégicos num contexto diplomático globalizado.

Esta assimetria tem consequências epistemológicas: quando o núcleo teórico de um campo é produzido predominantemente a partir de uma determinada posição geopolítica, os conceitos, pressupostos e ideais normativos incorporados nessa investigação correm o risco de ser tomados como padrões universais, em vez de serem reconhecidos como perspectivas culturalmente situadas. A diversificação geográfica da investigação sobre DP não constitui, por isso, apenas uma questão de equidade, mas também uma condição para a validade teórica do campo.

As tendências teóricas e metodológicas revelam uma evolução de estudos descritivos para estudos analíticos, embora a maturidade empírica permaneça limitada, com poucas abordagens longitudinais e medidas de impacto pouco desenvolvidas. A DP continua a desenvolver-se mais como um domínio relacional do que como um domínio empírico.

A predominância de objetivos causais e analíticos sinaliza uma mudança de paradigmas instrumentais centrados na persuasão para paradigmas relacionais e interpretativos, nos quais o poder comunicativo assenta na cocriação de significado, na credibilidade e na confiança. Esta mudança é consistente com a teoria da excelência de Grunig e com as abordagens relacionais (Fitzpatrick, 2007; Zaharna et al., 2013), que colocam a colaboração acima do controlo.

A diversificação temática revela uma expansão concetual, embora as perspectivas centradas no Estado continuem a prevalecer. Este desequilíbrio evidencia uma negociação em curso entre a diplomacia hierárquica e a comunicação participativa e orientada para as redes.

Globalmente, a DP apresenta-se teoricamente consolidada, mas metodologicamente em transição. O campo necessita de reforçar o rigor empírico, a validação comparativa e a diversidade geográfica, integrando simultaneamente perspectivas tecnológicas. Estes resultados revelam uma mudança de paradigma: da persuasão centrada no Estado para a produção simbólica partilhada e a governação relacional, enquadrando as implicações discutidas a seguir.

6. CONCLUSÕES

Este estudo analisou a evolução da investigação sobre DP publicada na *PRR* (2000–2024), abordando quatro QI e testando três hipóteses. Os resultados proporcionam uma visão integrada da consolidação teórica e metodológica do campo, bem como das suas lacunas persistentes e dos desafios futuros.

No que diz respeito à Q11, a literatura revela uma evolução de uma visão instrumental centrada na persuasão e na difusão de mensagens para uma conceção relacional e estratégica, centrada na credibilidade, no diálogo e na confiança mútua. A DP é cada vez mais entendida como um processo de comunicação internacional que contribui para a construção de legitimidade simbólica. Esta mudança confirma a Hipótese 1, segundo a qual a DP se afastou de modelos unidirecionais e propagandísticos em direção a uma abordagem relacional e colaborativa.

No que diz respeito à Q12, os resultados revelam a predominância de quadros teóricos das relações públicas e da comunicação estratégica (em particular, o modelo da excelência e a comunicação simétrica bidirecional), validando, assim, a Hipótese 3. Do ponto de vista metodológico, predominam os estudos qualitativos e teórico-bibliográficos, embora a investigação empírica e os métodos mistos tenham aumentado nos últimos anos. Persistem lacunas na operacionalização e na avaliação do impacto, evidenciando a necessidade de instrumentos analíticos mais robustos e de abordagens comparativas.

No que diz respeito à Q13, o campo revela uma diversificação temática e geográfica. A DP integra atualmente dimensões digitais, culturais e sociais e envolve tanto atores estatais como não estatais. A emergência de polos de investigação asiáticos, em particular na China e na República da Coreia, assinala uma mudança no sentido de uma ecologia multipolar da produção científica, embora persista a predominância teórica anglófona. Assim, a hipótese de uma maturação concetual e prática é amplamente confirmada.

Por fim, no que diz respeito à Q14, a análise demonstra uma interseção crescente entre os dois campos. A DP é frequentemente concetualizada como uma forma de RPI praticada por Estados e instituições, adotando modelos e princípios da comunicação organizacional. Estes dados sustentam a Hipótese 2, que previa uma crescente sobreposição teórica e metodológica.

6.1. IMPLICAÇÕES TEÓRICAS, METODOLÓGICAS E PARA A INVESTIGAÇÃO FUTURA

Os resultados sugerem que a DP se consolidou como subcampo das RPI, marcado pela hibridação concetual e pelo pluralismo metodológico. A integração de conceitos como poder brando, gestão das relações e envolvimento estratégico redefine a DP como instrumento de mediação simbólica e mecanismo de governação global, alargando as fronteiras tradicionais da comunicação internacional. Contudo, esta consolidação teórica coexiste com uma fragilidade empírica evidenciada pela predominância de abordagens qualitativas e interpretativas, o que revela simultaneamente a força analítica do campo e as suas limitações metodológicas. O desenvolvimento desta dimensão exige metodologias sistemáticas e quadros de avaliação capazes de aferir as perceções e os resultados relacionais, podendo os métodos mistos e as ferramentas digitais constituir vias promissoras para reforçar o rigor analítico. A investigação futura deverá também alargar o seu âmbito geográfico, incorporar perspetivas do Sul Global e integrar a diplomacia digital e a inteligência artificial como fatores fundamentais da comunicação internacional contemporânea. Neste sentido, o desenvolvimento de indicadores e métricas

partilhados continua a ser essencial para avaliar a eficácia da DP e articular a evidência empírica com as dimensões culturais e relacionais. A inovação metodológica e a diversificação global são, assim, centrais para consolidar a DP como um campo maduro — um campo cuja próxima etapa dependerá da sua capacidade para combinar profundidade interpretativa com precisão empírica, assegurando coerência teórica, comparabilidade e adaptabilidade à diplomacia do século XXI.

DECLARAÇÃO SOBRE O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Durante a elaboração deste manuscrito, os autores utilizaram ferramentas (Claude) de inteligência artificial (IA) exclusivamente como apoio à tradução e à edição final do texto. Todo o desenho da pesquisa, a metodologia, a revisão da literatura, a análise dos dados, os resultados e as conclusões são de autoria exclusiva dos investigadores. A ferramenta de IA não foi utilizada para gerar conteúdo científico, interpretar dados ou formular conclusões. Os autores revisaram e editaram todo o texto auxiliado por IA e assumem total responsabilidade pelo conteúdo desta publicação.

Pós-Edição de Tradução Automática: Anabela Delgado

REFERÊNCIAS

- Bloom, B. S. (1956). *Taxonomy of educational objectives. Book 1: Cognitive domain*. David McKay.
- Chang, T.-K. & Lin, F. (2014). From propaganda to public diplomacy: Assessing China's international practice and its image 1950–2009. *Public Relations Review*, 40(3), 450–458. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2014.04.008>
- Cotton, A. M., & Sebastião, S. P. (2022). From diplomacy to (new) public diplomacy: A communication perspective. In S. P. Sebastião & S. de Carvalho Spínola (Eds.), *Diplomacy, organisations and citizens: A European communication perspective* (pp. 39–62). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-81877-7_3
- Cowan, G., & Arsenault, A. (2008). Moving from monologue to dialogue to collaboration: The three layers of public diplomacy. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 616(1), 10–30. <https://doi.org/10.1177/0002716207311863>
- Cull, N. J. (2008). Public diplomacy: Taxonomies and histories. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 616, 31–54. <https://doi.org/10.1177/0002716207311952>
- Cull, N. J. (2009). Public diplomacy: Lessons from the past. *CPD Perspectives on Public Diplomacy*, 12.
- Dixon-Woods, M. (2011). Systematic reviews and qualitative methods. In D. Silverman (Ed.), *Qualitative research* (pp. 331–346). SAGE.
- Ferguson, M. A. (2018). Building theory in public relations: Interorganizational relationships as a public relations paradigm. *Journal of Public Relations Research*, 30(4), 164–178. <https://doi.org/10.1080/1062726X.2018.1514810>
- Fitzpatrick, K. (2007). Advancing the new public diplomacy: A public relations perspective. *The Hague Journal of Diplomacy*, 2(3), 187–211. <http://doi.org/10.1163/187119007X240497>

- Fitzpatrick, K., Fullerton, J., & Kendrick, A. (2013). Public relations and public diplomacy: Conceptual and practical connections. *Public Relations Journal*, 7(4), 1–21.
- Gilboa, E. (2008). Searching for a theory of public diplomacy. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 616(1), 55–77. <https://doi.org/10.1177/0002716207312142>
- Golan, G. J., & Carroll, T. R. (2012). The op-ed as a strategic tool of public diplomacy: Framing of the 2011 Egyptian revolution. *Public Relations Review*, 38(4), 630–632. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2012.06.005>
- Gregory, B. (2011). American public diplomacy: Enduring characteristics, elusive transformation. *The Hague Journal of Diplomacy*, 6(3-4), 351–372. <https://doi.org/10.1163/187119111X583941>
- Grunig, J. E. (1993). Public relations and international affairs: Effects, ethics, and responsibility. *Journal of International Affairs*, 47(1), 137–162.
- Grunig, J. E., & Hunt, T. (1984). *Managing public relations*. Holt, Rinehart & Winston.
- Grunig, J. E., & Repper, F. C. (1992). Strategic management, publics, and issues. In J. E. Grunig (Ed.), *Excellence in public relations and communication management* (pp. 117–158). Lawrence Erlbaum Associates.
- Hernández Sampieri, R., Fernández Collado, C., & Baptista Lucio, M. del P. (2010). *Metodología de la investigación*. McGraw-Hill.
- Kim, J. (2015). Public relations and public diplomacy in cultural and educational exchange programs: A coorientational approach to the Humphrey Program. *Public Relations Review*, 42(1), 135–145. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2015.09.008>
- Krippendorff, K. (2018). *Content analysis: An introduction to its methodology*. SAGE.
- Leonard, M. (2002). Diplomacy by other means. *Foreign Policy*, (132), 48–56. <https://doi.org/10.2307/3183455>
- L'Etang, J. (2009). Public relations and diplomacy in a globalized world: An issue of public communication. *American Behavioral Scientist*, 53(4), 607–626. <https://doi.org/10.1177/0002764209347633>
- Lombard, M., Snyder-Duch, J., & Bracken, C. C. (2002). Content analysis in mass communication: Assessment and reporting of intercoder reliability. *Human Communication Research*, 28(4), 587–604. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2958.2002.tb00826.x>
- Melissen, J. (2005). The new public diplomacy: Between theory and practice. In J. Melissen (Ed.), *The new public diplomacy. Soft power in international relations* (pp. 3–27). Palgrave Macmillan.
- Méndez, C. (1998). *Metodología. Guía para elaborar diseños de investigación en ciencias económicas, contables y administrativas*. McGraw-Hill.
- Neuendorf, K. A. (2002). *The content analysis guidebook*. SAGE.
- Pamment, J. (2014). Articulating influence: Toward a research agenda for interpreting the evaluation of soft power, public diplomacy and nation brands. *Public Relations Review*, 40(1), 50–59. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2013.11.019>
- Potter, W. J., & Levine-Donnerstein, D. (1999). Rethinking validity and reliability in content analysis. *Journal of Applied Communication Research*, 27(3), 258–284. <https://doi.org/10.1080/00909889909365539>
- Sadi, G., & Ferrari, M. A. (2022). Disciplinary approaches and theories in Argentinian public relations undergraduate programmes. *Public Relations Inquiry*, 11(2), 275–291. <https://doi.org/10.1177/2046147X221081177>

- Sallot, L. M., Lyon, L. J., Acosta-Alzuru, C., & Jones, K. O. (2003). From aardvark to zebra: A new millennium analysis of theory development in public relations academic journals. *Journal of Public Relations Research*, 15(1), 27–90. https://doi.org/10.1207/S1532754XJPRR1501_2
- Schreier, M. (2012). *Qualitative content analysis in practice*. SAGE.
- Sevin, E. (2015). Pathways of connection: An analytical approach to the impacts of public diplomacy. *Public Relations Review*, 41(4), 562–568. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2015.07.003>
- Signitzer, B., & Coombs, T. (1992). Public relations and public diplomacy: Conceptual convergences. *Public Relations Review*, 18(2), 137–147. [https://doi.org/10.1016/0363-8111\(92\)90005-J](https://doi.org/10.1016/0363-8111(92)90005-J)
- Signitzer, B., & Wamser, C. (2006). Public diplomacy: A specific governmental public relations function. In C. Botan & V. Hazleton (Eds.), *Public relations theory II* (pp. 435–464). Routledge.
- Simons, G. (2014). Russian public diplomacy in the 21st century: Structure, means and message. *Public Relations Review*, 40(3), 440–449. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2014.03.002>
- Simons, G. (2015). Perception of Russia's soft power and influence in the Baltic States. *Public Relations Review*, 41(1), 1–13. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2014.10.019>
- Sisco, H. F., Collins, E. L., Lynn, M., & Zoch, L. M. (2011). Breadth or depth? A content analysis of the use of public relations theory. *Public Relations Review*, 37(2), 145–150. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2010.10.006>
- Storie, L. K., Madden, S. L., & Liu, B. F. (2014). The death of bin Laden: How Russian and U.S. media frame counterterrorism. *Public Relations Review*, 40(3), 429–439. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2014.01.009>
- Tuch, H. N. (1990). *Communicating with the world: US public diplomacy overseas*. Palgrave Macmillan.
- Wang, J. (2007). Telling the American story to the world: The purpose of U.S. public diplomacy in historical perspective. *Public Relations Review*, 33(1), 21–30. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2006.11.005>
- Wang, J., & Chang, T.-K. (2004). Strategic public diplomacy and local press: How a high-profile “head-of-state” visit was covered in America's heartland. *Public Relations Review*, 30(1), 11–24. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2003.11.002>
- White, C., & Radic, D. (2014). Comparative public diplomacy: Message strategies of countries in transition. *Public Relations Review*, 40(3), 459–465. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2014.01.012>
- Wu, D. (2016). Assessing resource transactions in partnership networks: US 100,000 Strong network of public diplomacy. *Public Relations Review*, 42(1), 120–134. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2015.11.001>
- Yang, A., Wang, R., & Wang, J. (2017). Green public diplomacy and global governance: The evolution of the U.S.–China climate collaboration network, 2008–2014. *Public Relations Review*, 43(5), 1048–1061. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2017.08.001>
- Zaharna, R. S., Fisher, A., & Arsenault, A. (2013). Introduction: The connective mindshift. In R. S. Zaharna, A. Arsenault, & A. Fisher (Eds.), *Relational, networked and collaborative approaches to public diplomacy* (pp. 1–28). Routledge.
- Zaharna, R. S. & Uysal, N. (2016). Going for the jugular in public diplomacy: How adversarial publics using social media are challenging state legitimacy. *Public Relations Review*, 42(1), 109–119. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2015.07.006>

NOTAS BIOGRÁFICAS

Álvaro Elgueta-Ruiz é doutor em Comunicação Pública (Universidade de Navarra, Espanha) e mestre em Educação (Universidade de Concepción, Chile). É bacharel em História e Geografia (Universidade de Concepción, Chile), e Jornalismo (Universidade Católica da Santíssima Concepción, Chile). É membro ativo da International Communication Association, da World Association for Public Opinion Research, da Associação de Investigadores em Comunicação e da Secção Metropolitana da Associação de Jornalistas do Chile. Atualmente, é professor e investigador na Escola de Negócios e Governança da Universidade de Cabo Verde.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6099-7143>

Email: alvaro.ruiz@docente.unicv.edu.cv

Morada: Campus do Palmarejo Grande, 379-C, 7943-010 Praia, Santiago, Cabo Verde

Carmen Lucía Domínguez Águila é doutora em Comunicação (Universidade de Navarra, Espanha) e professora catedrática e investigadora do Departamento de Currículo e Instrução da Faculdade de Educação da Universidade de Concepción, Concepción, Chile. O seu trabalho centra-se na formação de professores e na investigação educativa, com especial ênfase no impacto das tecnologias e dos meios de comunicação na infância. O seu trabalho académico tem abordado temas fundamentais para a educação infantil e básica, tais como: (a) uso de tecnologias em pré-escolares, investigando a relação entre crianças em idade pré-escolar e os videojogos, analisando a mediação parental e a postura dos educadores face à sua integração na sala de aula; (b) formação de professores, publicando estudos sobre as implicações do uso de hipertextos na formação de futuros docentes; e (c) análise de conteúdos, explorando como os desenhos animados influenciam a cognição das crianças pré-escolares.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-3475-0268>

Email: ldomingu@udec.cl

Morada: Victoria 248, Concepción, Biobío Region, Chile

Daniela Bento Almeida é licenciada em Relações Públicas e Secretariado Executivo pela Escola de Negócios e Governança da Universidade de Cabo Verde, Praia, Cabo Verde. Atualmente, trabalha no Ecobank, Banco Pan-Africano.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7353-8789>

Email: daniela.almeida@student.unicv.edu.cv

Morada: Campus do Palmarejo Grande, 379-C, 7943-010 Praia, Santiago, Cabo Verde

Submetido: 06/11/2025 | Aceite: 15/09/2026



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.